



Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

24/02/2015 - Teletime

Telefônica tem crescimento de 33% no lucro líquido em 2014

A Telefônica registrou crescimento no lucro e nas receitas em 2014, segundo resultado financeiro da operadora divulgado nesta terça-feira, 24. O lucro líquido cresceu 2,4% no trimestre, total de R\$ 1,260 bilhão, e 32,9% no ano, total de R\$ 4,936 bilhões.

O lucro antes de juros, impostos, amortização e depreciação (EBITDA) foi de R\$ 2,960 (6,6% de crescimento) e R\$ 10,616 bilhões (1,2%) no trimestre e no ano, respectivamente. A margem EBITDA foi de 32,7% - aumento de 1,5 ponto percentual - no trimestre, ficando estável em 30,3% no ano.

Importante ressaltar que a companhia não incluiu itens não recorrentes, como venda de torres, para não atrapalhar a leitura do comparativo anual. No entanto, no lucro líquido estão incluídos tais itens.

Receitas de dados em alta

No último trimestre do ano, a Telefônica registrou receita operacional líquida 1,8% acima no comparativo anual, total de R\$ 9,047 bilhões. No ano, o acumulado foi de R\$ 35 milhões, 1,3% acima do registrado em 2013.

A receita líquida de serviços foi de R\$ 8,747 bilhões no trimestre (aumento de 2,1%) e de R\$ 33,784 bilhões (1,6%). A companhia conseguiu aumento de 5,8% (R\$ 5,918 bilhões) nos na receita de serviços móveis no trimestre e de 4,6% no ano (R\$ 22,524), o que acabou compensando a queda de serviços fixos: 4,8% no trimestre (R\$ 2,828 bilhões) e 3,9% (R\$ 11,260 bilhões) no ano.

A companhia destaca o aumento de 22,4% no trimestre nas receitas de dados e SVA, que totalizou R\$ 2,282 bilhões no período. No ano, foram R\$ 8,308 bilhões, aumento de 20,8%. Somente de Internet, a companhia cresceu 32,2% no ano (total de R\$ 4,942 bilhões), e em SVA houve aumento de 42,6% (total de R\$ 1,660 bilhão). Por outro lado, a receita com SMS teve queda anual de 13,6% (R\$ 1,973 bilhão), que a companhia acredita que é "reflexo da maturidade do servico".

Móvel em ascensão

A companhia encerrou o ano com 79,938 mi-

lhões de acessos móveis, aumento de 3,5% no ano. Desses, 28,355 milhões eram de acessos pós-pago (aumento de 19,7%), o que garantiu à operadora um mix de pós-pago de 35,5% de sua base, aumento de 4,8 pontos percentuais (p.p.). Foram registrados 51,582 milhões de pré-pagos (recuo de 3,7%) e 3,513 milhões de acessos máquina-a-máquina (M2M), aumento de 48,7%. A companhia afirma ter um market share de 41,8% no pós-pago e 50,8% no segmento de terminais de dados de banda larga.

De acordo com a Telefônica, os smartphones são 66% da base da empresa. Por segmento, 84% da base pós-paga utiliza esse tipo de aparelho, contra 49% na pré-paga.

A taxa de churn ficou estável em 4,1% e a receita média por usuário (ARPU) dos serviços móveis aumentou 0,5% no ano, total de R\$ 23,7. O ARPU de voz foi de R\$ 15 (7,2% de queda), enquanto de dados aumentou 16,9% (R\$ 8,8). O ARPU pré-pago decaiu 3% e fechou o ano em R\$ 12,3. Os minutos de uso (MOU) aumentaram 8,5% no ano, totalizando 134,5.

Fixa estável

No negócio fixo, o único segmento que mostrou crescimento significativo foi o de TV por assinatura, que exclui assinantes do serviço over-the-top (OTT) Vivo Play: foram 22,3% de aumento na base, totalizando 771 mil clientes. Dentro da base de TV paga, 591 mil são DTH (crescimento de 26%). A companhia afirma ainda ter crescido 38% em IPTV (17 mil de novos acessos).

A banda larga fixa ficou praticamente estável (0,1% de crescimento), fechando o período com 3,925 milhões de acessos. O total de acessos de voz fixa caiu 0,1%, ficando em 10,742 milhões. No total, houve aumento de 0,9% nos acessos fixos somados, chegando a 15,437 milhões.

A Telefônica diz que as adições líquidas da banda larga com fibra aumentaram 1,6 vez, totalizando 52 mil novos acessos no ano. A companhia afirma ainda ter 61% do share de adições líquidas entre as ofertas de banda larga acima de 34 Mbps em São Paulo.





Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

24/02/2015 - Telesíntese

A partir de hoje, ligação de fixo para móvel mais barata

A redução de até 22% nas ligações de um fonte fixo para um celular foi aprovada no dia 5 de fevereiro pela Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações).

Entraram em vigor hoje (24) as regras para reduzir em até 22% as tarifas das ligações locais e interurbanas feitas de telefone fixo para móvel, nos planos básicos das concessionárias de telecomunicações. A redução foi aprovada no dia 5 de fevereiro pela Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações).

As mudanças afetam as concessionárias Oi, Telefônica, CTBC, Sercomtel e Embratel (apenas na longa distância). As reduções variam de 12% (DDDs de números diferentes diferentes) a 22% quando forem ligações locais.

Os valores mais baratos já foram publicados pela Anatel e estão expressos sem impostos. Eles variam porque dependem das tarifas de interconexão, que mudam entre as operadoras. A ligação mais barata no horário comercial será de um telefone fixo da Oi de Pernambuco para o um celular da Vivo (tarifa de R\$ 0,27 o minuto, sem imposto) e a mais cara será a ligação local de um fonte fixo da Oi para qualquer número da Nextel (tarifa de R\$ 0,51 o minuto, sem imposto).

24/02/2015 - Teletime

Nextel aumenta cobertura de roaming internacional

A Nextel expandiu sua cobertura de roaming para mais dez países, segundo anunciou a companhia nesta terça, 24. Agora a operadora oferece novos pacotes: um para os Estados Unidos, o segundo para países das Américas (do Canadá ao Uruguai) e outro para a Europa, com preços cobrados para serviços de voz e Internet separadamente. Confira na tabela abaixo os novos pacotes mensais - incluindo a franquia de dados.

Melhor desempenho para técnicos

A Nextel anunciou também nesta terça-feira a adoção da solução de gerenciamento de força de trabalho móvel da ClickSoftware. A plataforma visa melhorar as operações, produtividade e desempenho de técnicos de campo da operadora, permitindo agendar uma maior quantidade de ocorrências por funcionário por dia. Com isso, é possível reduzir o período de downtime da rede com atendimento otimizado, melhorando a percepção do usuário.

Pacote	Cobertura	Voz	Internet
Especial	Estados Unidos	50 minutos (R\$ 49,90) 150 minutos (R\$ 99,90)	15 MB (R\$ 14,90) 150 MB (R\$ 99,90)
América	Argentina, Canadá, Chile, México, Paraguai, Porto Rico, Peru e Uruguai	50 minutos (R\$119,90)	15 MB (R\$ 29,90)
Europa	Bélgica, Espanha, Áustria, Croácia e Alemanha	50 minutos (R\$119,90)	15 MB (R\$ 29,90)







Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

23/02/2015 - CUT

Internet: Participe da regulamentação do Marco Civil

Está chegando ao fim o prazo para participação online sobre regulamentação do MCI



A consulta pública sobre a regulamentação do Marco Civil da Internet (Lei 12.965/14) chegou à terceira semana aberta à participação popular por meio do site ParticipaçãoMJ, vinculado ao Ministério da Justiça.

Sancionada durante o evento #NetMundial, em 2014, a Lei já tem garantidos alguns princípios em seu interior, como neutralidade de rede e privacidade. No entanto, precisa de regulamentação para sua melhor aplicação. O prazo de participação popular acaba em 28 de fevereiro e até o momento conta com quase 500 comentários e mais de 14 mil visitas únicas à página.

"É importante a articulação popular em torno da regulamentação, pois as grandes empresas, interessadas em lucro, certamente já se articulam com intenção de aprovar medidas contrárias aos interesses da sociedade", afirma Rosane Bertotti, secretária nacional de Comunicação da CUT e coordenadorageral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC).

A regulamentação é fundamental para que detalhes não explícitos no texto da lei sejam definidos.

Por exemplo, há a necessidade de regulamentar os termos em que pode haver guarda e uso de registros de usuários – que tanto pode facilitar a apuração de crimes ocorridos na internet quanto pode ser utilizado para estratégias de marketing por empresas.

Sobre a neutralidade de rede, está previsto no texto que "A discriminação ou degradação do tráfego será regulamentada nos termos das atribuições privativas do Presidente da República", portanto, por decreto. Assim, a depender do conteúdo deste decreto, pode ser aberto precedente para interferência de empresas no fluxo de informações, algo que é combatido pelos movimentos sociais.

"A neutralidade de rede é fundamental para que a população tenha acesso ao conteúdo plural e democrático que é natural da internet. Caso seja perdido este princípio, poderemos enfrentar a censura, o monopólio de informações por determinados grupos hegemônicos e a vitória das operadoras de Telecom, que, por serem empresas privadas, visam apenas o lucro", lembra Rosane. "Para impedir que percamos direitos, a solução é a união, a articulação e a ação efetiva dos campos progressistas".

Proteção de Dados Pessoais

No mesmo site também está ocorrendo a elaboração coletiva do Anteprojeto de Lei para Proteção de Dados Pessoais, que visa garantir a liberdade, a igualdade e a privacidade pessoal e familiar dos cidadãos, nos termos do art. 5°, incisos X e XII da Constituição Federal. O Anteprojeto contém 52 artigos preliminares que estão disponíveis para alteração, complementação e sugestões da sociedade civil.





Produção: TST Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

24/02/2015 - Portal Vermelho

Administração tucana pode levar universidades do Paraná à falência



As sete universidades estaduais do Paraná correm o risco de não iniciar as aulas na data prevista este ano porque não há orçamento nem para manter as necessidades básicas como limpeza, contas de água, luz, telefone, manutenção e vigilância. "O estado está quebrado", afirma pró-reitora de Graduação da Universidade Estadual do Paraná, Liliam Faria Porto Borges.

Em 2014 o Estado não encaminhou todo o orçamento de custeio das universidades estaduais. A expectativa era que o restante fosse depositado no início deste ano. No entanto, o secretário da Fazenda do Paraná, Mauro Costa, anunciou que governo não vai disponibilizar orçamento de custeio este ano. Ou seja, as universidades não têm condições de abrir as portas.

Para Liliam, este corte de recursos não se trata apenas de "contingência da crise financeira, é uma concepção de organização dos tucanos". "O que nos assusta com relação à universidade é olhar a experiência tucana de São Paulo e ver que o Paraná começa a desenvolver os mesmos moldes de lógica na Educação", diz.

Ela cita a falência das universidades estaduais paulistas e garante que no Paraná os servidores estão atentos às tentativas do governador Beto Richa de trilhar este mesmo caminho. Trata-se de uma lógica de governar do PSDB que vê investimentos sociais como gastos, tenta reduzir o Estado fazendo cortes em diversos setores para aumentar o lucro do capital, explica a professora.

Na tarde desta terça-feira (24) os sete reitores se reuni-

ram com representantes do governo do Estado para tentar solucionar a crise. Até o fechamento desta reportagem não havia uma resolução. Em frente ao Palácio Iguaçu, onde acontece a reunião, milhares de professores de todas as regiões do estado fazem uma grande manifestação.

O professor Odair Rodrigues, que é secretário geral da APP-Sindicato no núcleo metropolitano Sul, participa da manifestação e afirmou que a resistência dos servidores públicos do Paraná se toma uma referência nacional. "Sabemos que esses pacotes de austeridade estão sendo debatidos em outros lugares também, estamos vigilantes com relação a essas medidas neoliberais que o governo tenta implementar".

Odair afirma que o governador Beto Richa tentou utilizar o fundo da previdência social dos professores, acumulado nas últimas três décadas, que atualmente está em aproximadamente R\$ 8 bilhões, porque o Estado está falido, não tem absolutamente nenhum orçamento em caixa. "Neste segundo governo do Richa os quadros não têm competência técnica para tratar servidores públicos, eles têm uma pauta extremamente neoliberal", aponta.

A professora da rede estadual em Foz do Iguaçu, no interior do estado, Paola Oliveira, é incisiva ao afirmar que a greve continua e o grande desafio é manter a determinação dos professores que já entram na terceira semana de paralisação. Segundo ela, Foz é a única cidade do interior que conta com um acampamento de greve escalonado para funcionar 24 horas. "Os pais dos alunos e os próprios estudantes têm ido ao acampamento e a comunidade de um modo geral está apoiando a greve".

Os professores da rede estadual estão em processo de negociação com o governo do Estado que ainda não atendeu a todos os pontos de reivindicação. As medidas do "pacotaço", que incluíam utilizar os recursos da previdência dos servidores para complementar o orçamento do Estado foram retiradas de votação depois de intensas manifestações, mas ainda há uma série de pontos da pauta a serem negociados.

Nesta quarta-feira (25) haverá mais um grande ato dos professores em Curitiba e em várias cidades do Paraná.







Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

24/02/2015 - RBA

Sindicatos processam McDonald's por desrespeito a leis trabalhistas

Multinacional coleciona pelo menos 400 ações judiciais em todos os estados do país, sendo a maioria por alta rotatividade de funcionários, jornada móvel e exploração de mão de obra de adolescentes

Quando Glaice Oliveira, de 21 anos, arrumou seu primeiro emprego, em um restaurante do McDonald's em Guarulhos (SP), as expectativas eram muitas: "Eu tinha 16 anos e me foi prometido um salário mínimo e a oportunidade de evoluir de cargo em só seis meses. Nada disso se cumpriu. Meu contrato era de seis horas, mas eu acabava trabalhando até dez horas por dia. Cheguei a repetir de ano porque não conseguia sair no horário das aulas. O salário era de R\$ 3,06 por hora, mas eles aplicavam tantos descontos que já cheguei a ganhar R\$ 75 em um mês. Eu ficava na cozinha, na limpeza, entrava na câmara fria, carregava peso, tudo".

Casos como o de Glaice não são incomuns no país. Só entre 2012 e 2014 a rede somou pelo menos 400 ações ajuizadas na Justiça do Trabalho nos 26 estados e no Distrito Federal. Devido a essa recorrência, a Confederação dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade (Contratuh) protocolou ontem (23) uma ação civil pública contra a McDonald's e sua franqueadora, a Arcos Dourados Comércio e Alimentos Ltda.

A ação sustenta que a empresa viola a legislação brasileira e constitui o chamado dumping social, caracterizado pela exploração irregular de mão de obra para diminuir os custos da produção e ganhar vantagens competitivas no mercado. O processo foi protocolado na 22ª Vara do Trabalho de Brasília, com abrangência nacional, e pede que a rede seja proibida de abrir novos restaurantes no Brasil até se adequar à legislação trabalhista. O McDonald's é hoje um dos maiores empregadores do país, somando 50 mil funcionários em suas 850 lojas e 84 cafés. Só no estado de São Paulo, a multinacional emprega 30 mil pessoas. No mundo, são 440 mil trabalhado-

res.

No Brasil, foram identificadas irregularidades trabalhistas como jornada móvel, acúmulo de funções sem a devida remuneração, insalubridade, alta rotatividade, trabalhadores menores de 18 anos exercendo funções proibidas para esta faixa etária, como trabalhos nas chapas e na câmara fria das lojas. "Tínhamos entre 30 segundos e um minuto para montar um lanche. Eu entrava direto na câmara fria sem proteção. Só ganhávamos por oito horas de trabalho. Para as demais recebíamos só um lanche", conta o ex-funcionário de uma loja também em Guarulhos Caio Cesar, de 23 anos.

Na manhã de hoje (24), a Contratuh e mais sete entidades sindicais lançaram uma campanha pelos direitos dos trabalhadores do McDonald's, chamada "Sem direitos não é legal". A central sindical norte-americana Service Employees International Union (Seiu) apoiou a iniciativa. O governo americano já emitiu pelo menos 20 reclamações contra a rede de fast food, alegando violações trabalhistas, que incluem intimidação e demissões ilegais de funcionários que tentavam se organizar sindicalmente.

"A campanha tem um aspecto político importante: não podemos aceitar que o governo e o Congresso Nacional não impeçam que o nosso país seja desrespeitado dessa forma. Por isso, essa ação é sobretudo de danos morais e sociais", afirma a secretária-geral adjunta da CUT, Maria Godói de Faria. "A globalização veio para concentrar a riqueza e socializar a pobreza e o que o McDonald's faz é a prova disso."

Leia mais em:

http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2015/02/sindicatos-processam-mc-donald2019s-por-desrespeito-a-leis-trabalhistas-3943.html





Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

14/08/2014 - Carta Maior

O poder dos paraísos fiscais: mais um debate interditado na mídia

A estimativa é que de US\$ 21 trilhões a US\$ 32 trilhões estejam em paraísos fiscais, ou seja, de um terço à metade de toda a riqueza produzida no planeta.



Os paraísos fiscais são a sustentação do modelo do novo poder financeiro global. Concentram de um terço a metade de toda a riqueza produzida no mundo, um montante estimado entre US\$ 21 trilhões e US\$ 32 trilhões. Ameaçam a soberania dos países e impedem a justiça tributária, condição necessária à justiça social. Mas, apesar de tudo isso, não rendem manchetes na imprensa brasileira.

"Não se discute os paraísos fiscais e centros offshore nos jornais brasileiros. E, quando se discute, é de forma pitoresca, como se fossem ilhas paradisíacas banhadas pelo sol tropical onde alguns milionários botam seu dinheiro. Não se discute a importância central que eles têm no capitalismo pós-moderno e para evitar a justiça social por meio da reforma tributária", afirma Antonio Martins, da TTF Brasil.

Colaborador da Carta Maior e professor de pós-graduação da PUC/SP em economia e administração, Ladislau Dowbor, confirma. Segundo ele, a mesma TV globo que investe contra políticos não permite, por exemplo, que o nome de empresas e corporações sejam citados em entrevistas. "Ninguém discute o assunto. Em especial a mídia, que pode desancar governos, mas não empresas", acrescenta.

Ele explica que é relativamente recente a divulgação dos dados a respeito dos paraísos fiscais. Mas mesmo as poucas pesquisas já realizadas sobre o tema dão conta do perigo que representam para as democracias. Como exemplo, cita estudo do insuspeito Instituto Federal Suíço de Pesquisa Tecnológica traçou o primeiro mapa global de controle coorporativo, que apontou um cenário desolador, inédito na história da humanidade.

"Eles chegaram a 737 corporações que controlam basicamente 80% dos recursos corporativos mundiais. E, dentre estas, há um núcleo duro, de 147, que controlam 40%. Desse total, três quartos são grupos financeiros. Então, na realidade, não são mais corporações produtivas que controlam a riqueza. (...) Criou-se, de fato, um grande cassino global", esclareceu.

Segundo o professor, essa concentração de muitos recursos nas mãos de poucas instituições financeiras, em grande parte alojadas em paraísos fiscais, perturba a economia em geral a tal ponto que os países mais ricos do mundo já se debruçaram sobre o tema pela menos duas vezes, durante reuniões do G-20. "Não é só papo de gente da esquerda. É um problema planetário geral", pontuou.

Segundo ele, a estimativa é que de US\$ 21 trilhões a US\$ 32 trilhões estejam em paraísos fiscais, ou seja, de um terço à metade de toda a riqueza produzida no planeta, já que o Produto Interno Bruto (PIB) mundial é de US\$ 70 trilhões. "O resultado é um caos econômico planetário. Uma gente que produz uma guerra fiscal, e os governos que tentam fazer sistema tributário se desloca para outra área. A economia financeira gera impotência frente às crises que estamos vivendo".







Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

De acordo com a auditora da Receita Federal, Clair Hickman, paraísos fiscais são países ou territórios que não cobram impostos ou cobram muito pouco, além de garantir aos seus clientes total sigilo nas operações. A maioria são centros offshore, ou seja, aceitam contas de clientes não residentes naquele país. E também não exigem presença física das empresas que, normalmente, não passam de uma caixas postais.

Ainda segundo ela, quem aplica em paraísos fiscais e centros offshore são grandes empresas e pessoas muito ricas que querem esconder seus patrimônios e não pagar impostos. Por isso, permitir a blindagem do patrimônio dos seus clientes é uma outra característica deles. "São pessoas e empresas que não querem pagar seus credores, o fisco ou mesmo partilhar o patrimônio com o cônjuge, em caso de separação", explicou.

A auditora fiscal esclarece que a forma utilizada para a transferência de lucros dos países de origem para os paraísos fiscais normalmente envolvem sofisticadas operações financeiras. Como exemplo, citou o caso de uma hipotética empresa brasileira de mineração que, para fugir dos impostos do país, cria uma subsidiária na Suíça, reconhecido paraíso fiscal. "A empresa brasileira vende todo o minério de ferro a preços baixos para esta subsidiária, que vende a preços de mercado para a China. Assim, se livra do pagamento dos impostos brasileiros e guarda o lucro nos paraísos fiscais", explicou.

Clair afirmou que, apesar da empresa do exemplo ser hipotética, a operação já é tão batida que, se todo o minério que vai para a Suíça ficasse lá, o país não passaria de um monte de ferro. "O destino final é a China, mas a compra passa pela Suíça que é onde ficarão os lucros", acrescenta. Entretanto, como é uma operação legal, nem o Brasil nem os demais países afetados pelo negócio podem fazem nada a respeito. "Se a empresa brasileira vende o minério para a subsidiária a um custo baixo, de cerca de 15% para não pagar impostos, o fisco brasileiro deixa de arrecadar 34%", quantificou.

Outro exemplo citado por ela foi o da empresa de medicamentos Clarkson, do Reino Unido. Como a taxação do fisco na Inglaterra é de 35%, a empresa abriu uma subsidiária em Luxemburgo, um grande centro offshore, onde a taxação é de cerca de 0,5%. "A matriz pediu um grande empréstimo para a subsidiária, pagou a juros exorbitantes e, assim, reduziu seus lucros n Inglaterra para não pagar mais impostos", contou.

De acordo com Clair, a empresa brasileira Vale do Rio Doce também criou uma subsidiária suíça para fugir dos impostos. A Suíça só exigiu que a empresa abrisse no país um escritório para empregar 35 pessoas, porque a Vale declarou que a expectativa de lucro era de US\$ 35 milhões. Entretanto, para se aproveitar das isenções, levou o lucro de várias subsidiárias para lá e acabou fechando o ano com US\$ 5 bilhões.

Para a auditora fiscal, com este sistema ganham os muito ricos e as grandes corporações, e perdem os contribuintes e os governos dos países.







Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

24/02/2015 - Carta Major

HSBC manterá publicidade na TV Globo

O HSBC suspendeu os anúncios em dois jornais britânicos porque cobriram as denúncias contra o banco. É... então a Rede Globo nem precisa se preocupar...



O HSBC anunciou nesta terça-feira (24) que pretende suspender os anúncios publicitários em dois jornais britânicos que têm revelado as falcatruas do banco - envolvido em esquemas criminosos de sonegação fiscal e desvio de dinheiro para paraísos fiscais. "Nós anunciamos a fim de vender mais produtos bancários. Não faz sentido colocar um anúncio ao lado de uma cobertura editorial hostil", argumentou Stuart Gulliver, executivo-chefe do HSBC. No maior cinismo, o agiota ainda justificou: "Não tem nada a ver com a tentativa de influenciar a cobertura editorial". No Brasil, os três herdeiros da Rede Globo - e seus serviçais "calunistas" - não

precisam se preocupar com a perda da boquinha!

Afinal, a emissora não tem noticiado quase nada sobre o escândalo financeiro - considerado um dos mais graves da história recente do capitalismo. Já os "imortais" e os "urubólogos" da TV Globo, que adoram falar de corrupção no Brasil (na fase atual, não no "ético" período do tucano FHC), também estão quietinhos. Bem diferente da postura íntegra do colunista Peter Oborne, que se rebelou contra a omissão do jornal britânico Daily Telegraph e pediu demissão. Ele acusou o veículo de defender os interesses financeiros do HSBC, um grande anunciante do jornal.

A flagrante omissão dos telejornais da Rede Globo - mas não só dela, como da maior parte da mídia privada e rentista brasileira - tem gerado algumas desconfianças. Será que ela decorre apenas do temor de perder os milionários anúncios publicitários? Ou os barões da mídia nativa temem que a lista dos sonegadores - no caso do Brasil são mais de 8 mil envolvidos no escândalo - inclua alguns impérios de comunicação? No caso da Argentina, a lista já comprovou que o Grupo Clarín desviou milhões de dólares, sonegados do imposto, para o exterior através do esquema criminoso do HSBC. Será que a Rede Globo sonegou impostos e enviou a grana ilegalmente aos paraísos fiscais? Será?